

# Pintassilgo diz que sistema parlamentar está em crise



MARCO ANTONIO LEÃO

Exclusivo para O GLOBO

LISBOA — Tecnocrata e apartidária, a primeira-ministra de Portugal, Maria de Lurdes Pintassilgo, é atualmente a personalidade política mais polêmica do país.

Escolhida pelo presidente Ramalho Eanes, ela não tem compromissos eleitorais e não goza da confiança dos partidos. Para muitos de seus críticos, a escolha de seu nome é uma prova dos planos continuistas do presidente.

Atualmente em Portugal, o debate político-ideológico não gira mais em torno do modelo de sociedade — socialismo, social-democrata ou capitalismo — e sim da tese institucional: regime parlamentar ou não. Em entrevista ao GLOBO, no Palácio de São Bento, Maria de Lurdes Pintassilgo negou qualquer mudança na Constituição e analisou uma série de outras questões da atualidade portuguesa:

— Para os partidos políticos, foi inesperada sua indicação como primeira-ministra do "Governo dos Cem Dias" até as eleições. Sabendo-se da existência de um projeto presidencialista, amplos setores políticos sustentam que sua nomeação faz parte da estratégia continuista do presidente Eanes, que visa a reeleger-se, mas não num regime parlamentar. Isso é verdade?

— Não concordo com essa interpretação. Conheço alguns regimes que são presidencialistas de fato, como o da França, desde o general De Gaulle. Outros, como o dos Estados Unidos, o são constitucionalmente. Em Portugal, o nosso regime é parlamentar. E nosso presidente, embora siga de forma empenhada e engajada a evolução política, tem mostrado que não quer fazer uma inflexão na Constituição. Pode-se ver na formação de diversos governos, por sua atitude em relação à Assembleia da República, que mostra muito bem não querer modificar a Constituição.

— E o adiamento das eleições intermediárias, em troca da manutenção da atual Assembleia, isolando a direita e conseguindo a neutralidade benevolente do PC?

— Não, não é isso. Um governo para funcionar cem dias necessita movimento financeiro. O último Governo (Motta Pinto) já demissionário, tomou numerosas decisões que afetam o orçamento geral do Estado. Nós não podemos governar, a não ser que alteremos o orçamento, nem negociar empréstimos externos. Nosso Governo não seria responsável se não propusesse à Assembleia da República as leis de que necessita para trabalhar.



Maria de Lurdes Pintassilgo

— A crise do parlamentarismo em Portugal estimula a convicção de que os povos latinos, as culturas mediterrâneas, adaptam-se aos governos de Gabinete. Entre as razões, pode-se citar a inexistência de um consenso das forças sociais que compõem a cena política; ou a inexistência de uma classe empresarial forte e comprometida ideologicamente com um projeto liberal-democrático — a falta de um "ethos" democrático. Concorda com essa interpretação?

— Acho que aí está um ponto importante no que me está a dizer. Concordo totalmente. Existe nas chamadas sociedades mediterrâneas — e Portugal inclui-se nelas — um conceito de poder que é sacral.

— Teria sido por falta da Reforma protestante?

— E, acho que é isso. O poder concentra a investidura inconsciente das aspirações populares, personificadas num líder carismático, num salvador qualquer. Isso faz com que um regime parlamentar se pulverize, se ramifique e termine em muitas tendências que resultam em conflitos, como na Itália.

— Não seria então Portugal a antevisão de uma Itália sem o norte industrial e numa conjuntura econômica desfavorável, se a compararmos com a Itália do pós-guerra?

— Os nossos partidos políticos têm uma história diferente. Além disso, penso que os italianos têm uma expressão verbal muito maior do que a nossa, embora os nossos políticos também falem muito. Mas nós temos uma tendência para o compromisso vivido.

— Seria o conhecido espírito de conciliação português?

— Exatamente. Ele faz parte do ser português. A propósito da crise da democracia parlamentar nas sociedades do Mediterrâneo, acho que essa crise é geral. quadros, a famosa burguesia média capaz de assumir suas responsabilidades e satisfeita com o grau de decisão política que tenha a seu nível.

— Isso se refere aos dirigentes do Estado ou da sociedade civil?

— Ambos. Quando falo dos quadros, falo principalmente aqui da nossa estrutura portuguesa, dos técnicos especializados: os chefes de serviços, os diretores-gerais. São uma camada extremamente importante da nossa administração, principalmente os diretores-gerais. Mas hoje eles têm

muito diminuída a sua capacidade de decisão. Na França, por exemplo, pode subir ou cair o Governo que a sua administração continua. Aqui não. Os nossos diretores-gerais param.

— Isso acontece também no setor privado?

— Exatamente. Isso não acontecia antes da revolução. Trabalhei durante algum tempo no que era, então, a maior empresa portuguesa, a CUF. Vivíamos sob um regime feudal, naquilo que o feudal tem de melhor. O patrão se interessava pelo bem-estar dos trabalhadores. Havia uma grande lealdade em relação ao patrão. Pois bem, mesmo numa empresa desse tipo, nós os quadros, tínhamos grande capacidade de decisão.

Ors, com as transformações económicas e sociais após o 25 de abril, seja o setor nacionalizado ou o que continua privado, os quadros não querem assumir suas responsabilidades. Mas, penso que já estamos muito melhor. Nossa economia é uma economia mista.

— Os partidos que constituem a Aliança Democrática e amplos setores empresariais consideram que a atual Constituição é incompatível com uma sociedade de mercado. Uma Constituição que é socialista e defende a socialização dos meios de produção. Concorda com a necessidade de revisá-la?

— Não estou de acordo. Não vejo quais os artigos que negam a economia de mercado. Só se for o setor nacionalizado. Mas, se formos à Inglaterra ou em países mais capitalistas, o mesmo acontece.

— Mas não em termos constitucionais...

— Mas o que importa é a prática. Na prática não se cria as grandes empresas pertencem ao setor nacionalizado. Com exceção dos países escandinavos, onde houve muito poucas nacionalizações, a tendência é para o aumento do setor público na economia.

— Acha que foram erradas as nacionalizações?

— Não os critérios dessas nacionalizações é que foram errados. Por falta de conhecimentos técnicos, nacionalizou-se o que não era necessário. Nos setores indispensáveis, setores ligados à segurança do país, setores ligados à manutenção e aprovisionamento de matérias-primas. Por exemplo, no grupo em que trabalhei havia uma unidade de ácido sulfúrico. Não há dúvida de que, na nossa época, ácido sulfúrico é fundamental e, com a siderurgia, é perfeitamente lógico que esteja sob o controle estatal. E um encargo financeiro a ser suportado pelo Estado em nome do povo. Mas na empresa havia outras unidades como de adubos ou plásticos, que não têm nenhuma necessidade de serem nacionalizadas.

— Numa de suas entrevistas, a sra. se definiu como não sendo de direita nem de esquerda, mas de uma sociedade alternativa. O que é essa sociedade alternativa?

— É o que estou procurando. Os meus atos de governo não vão ter uma

lógica de direita nem de esquerda no sentido tradicional. O que quero é equacionar os problemas reais. O problema da saúde, por exemplo. É evidente que todos os portugueses devem ter acesso aos cuidados médicos. Para tanto, torna-se indispensável o Estado intervir para que todos possam ter acesso. Isso seria o que muitos chamariam de socialização da medicina.

Bem, eu pretendo esse acesso, mas digo que quando alguém está doente não está apenas porque lhe dói o fígado e, portanto, vai ao especialista como se fosse uma máquina avariada. Se calhar, dê-lhe o fígado porque a vida está a lhe correr mal. Ora, quando encontrar alguém que perceba isso, curo-o, o que significa que o Estado tem a obrigação de cobrir as necessidades fundamentais do povo em termos de saúde. Mas, cada pessoa deve ser livre para escolher o seu médico. E não ver o médico como se vai a um guichê pedir um papel a um funcionário.

— E os movimentos feministas? O que pensa do feminismo?

— Acho que do ponto-de-vista sociológico eles representaram uma tomada de consciência das mulheres. Serviram para sacudir, abalar certas tradições enraizadas. Mas é preciso não esquecer que esses movimentos nasceram em sociedades altamente industrializadas e nas classes médias. Por vezes parecem a nós, sociedades em vias de desenvolvimento, ridículos e exagerados, mas temos de vê-los no seu enquadramento respectivo. Penso, no entanto, que há neste momento a nível mundial um movimento feminista muito mais forte que estes casos pontuais, que há uma consciência da mulher do seu papel na História.

— O que pensa da reivindicação das mulheres de disporem dos próprios corpos — palavra-de-ordem dos movimentos feministas? E do aborto?

— O aborto nada tem a ver com o direito de as mulheres disporem dos seus corpos. Isso não pode ser colocado de maneira materialista. O que está em causa transcende essa afirmação. O que está em causa é a estrutura social. Por que só a mulher deve tomar a decisão da vida e da morte? E o homem? O que faz quando se alheia completamente da semente de vida que deixou no corpo da mulher?

Sou contra o aborto sou contra todas as formas de alienação da vida humana. Penso que o aborto surge no termo de uma série de erros da nossa sociedade. Por isso, acho que as mulheres devem dispor de seus próprios corpos, mas também de seu espírito. Os homens dispõem livremente de seus corpos sem que isso signifique autonomia de pensamento.

— No programa de seu Governo existe o projeto de criação de um serviço nacional de informações, além da ênfase dada à segurança nacional interna. Isso não seria um passo para a limitação das liberdades individuais?

— Não creio que haja nenhum perigo. Os órgãos de informação, de inteligência, foram destruídos com a revolução. Faz-se necessário racionalizá-los. Existe hoje uma sobreposição dos serviços de informação. E só isso.

Fundação Cuidar o Futuro

